

Fronteiras

Audiência Pública revela que presos por tráfico custam R\$ 128 milhões ao MS



Mato Grosso do Sul gasta R\$ 128 milhões por ano com os 6.282 presos por tráficos de drogas, recurso que deveria ser arcado pelo Governo Federal, devido à natureza do crime. Este é um dos prejuízos para o Estado apontado na audiência pública Segurança nas Fronteiras: Responsabilidade da União, realizada na Assembleia Legislativa por proposição dos deputados Coronel David (PSC) e Junior Mochi (PMDB). Ao final foi elaborada a Carta de Campo Grande que será enviada a todos os entes públicos envolvidos na Segurança Pública das fronteiras. [Leia mais.](#)

Encaminhamentos

Deputados e secretário debatem Lei Orçamentária Anual 2017



Deputados estaduais e o secretário estadual de Governo e Gestão Estratégica, Eduardo Riedel, já se reuniram na ALMS para debater o PL 184/16 Lei Orçamentária Anual 2017 (LOA), que prevê receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro anual. O governo espera arrecadar R\$ 13.991.974.000, valor pouco acima dos R\$ 13.926.525.000 previstos para 2016. Haverá incremento de R\$ 2.265.812.300, mas o valor não constará na LOA, devido à desvinculação dos repasses constitucionais. [Leia mais.](#)

Fundamento

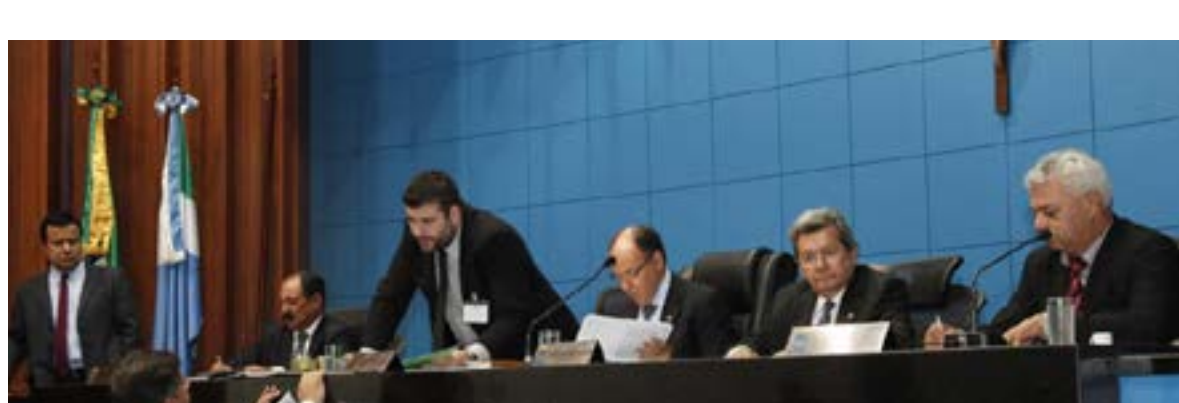
Em audiência, Poderes prestam contas na Assembleia Legislativa



Conforme prevê a legislação a prestação de contas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário foi realizada a audiência pública na Casa de Leis para a Comissão de Acompanhamento e Execução Orçamentária. O objetivo do novo formato da audiência sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia aos sul-mato-grossenses é de dar mais transparência por meio das apresentações dos Poderes de suas contas. [Leia mais.](#)

Alteração

Resolução altera data de posse da Mesa Diretora da ALMS



A Resolução 082/16, já publicada no Diário Oficial, transfere a posse da nova Mesa Diretora de 1º de janeiro para 1º de fevereiro, em solenidade que será realizada no gabinete da Presidência. A eleição dos membros da Mesa Diretora será realizada na antepenúltima sessão ordinária, por votação nominal e aberta. [Leia mais.](#)



Acompanhamento

Frente Parlamentar cria comissão para avaliar a situação do idoso

Durante reunião mensal da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa foi debatida a instituição de comissão que visitará entidades para recepção de demandas e fará a análise da situação do idoso na sociedade. Representantes da Vigilância Sanitária, dos Bombeiros e da Secretária de Saúde serão convidados para auxiliarem a comissão. [Leia mais.](#)



Sessão Solene

Assembleia faz homenagem a Força Expedicionária Brasileira

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul realizou uma sessão solene de entrega da Medalha do Mérito Força Expedicionária Brasileira a civis e militares, em alusão aos heróis da pátria que lutaram na Segunda Guerra Mundial e aos colaboradores da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB). [Leia mais.](#)

ACOMPANHE A **AÇÃO PARLAMENTAR**



Clique **Aqui**

PLENÁRIO Semana de 29 e 30/11 a 1º/12/2016

Projetos Apresentados

Projeto de Lei nº 210/16, autor Ministério Público, altera o Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6/12/2011, para criar quatro cargos de Assessor Jurídico.

Projeto de Lei nº 211/16, autor Ministério Público, altera a Lei nº 4.134, de 6/12/2011, e a ela acrescenta dispositivos.

Projeto de Lei nº 212/16, autor Poder Judiciário, dá denominação ao prédio do Fórum da comarca de Inocência.

Projeto de Lei nº 213/16, autor Poder Judiciário, prorroga a vigência da Lei nº 4.835, de 12/4/2016, altera dispositivos da Lei nº 1.511, de 5/7/1994, e Lei nº 1.071, de 11/7/1990, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 214/16, autor deputado Onevan de Matos (PSDB), inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, a "Exposição Agropecuária de Deodópolis - EXPOAD", denominada Festa do Peão, em Deodópolis.

Projeto de Lei nº 215/16, autora deputada Antonieta Amorim (PMDB), obriga os aeroportos do Estado a fixar placas contendo informação a respeito dos direitos do usuário em caso de atrasos e cancelamentos de voos.

Projeto de Lei nº 216/16, autora deputada Antonieta Amorim (PMDB), determina que as concessionárias de serviços públicos fornecedoras de energia elétrica, água e gás adequem seu atendimento aos deficientes visuais.

Projeto de Lei nº 217/16, autora deputada Antonieta Amorim (PMDB), obriga o serviço público e as empresas públicas e privadas a conceder um dia de licença por ano para a realização de exames de prevenção ao câncer para trabalhadores com idade acima de 45 anos.

Projeto de Lei nº 218/16, autor deputado Renato Câmara (PMDB), declara de Utilidade Pública o Instituto Corpal, em Dourados.

Projeto de Lei nº 219/16, autora deputada Antonieta Amorim (PMDB), determina que os novos projetos de parques, praças e outros locais públicos, destinados ao lazer, realizados através de convênios com o Poder Público Estadual e dos Municípios, deverão possuir espaços destinados para implantação de Academia ao Ar Livre com Aparelhos adaptados aos Deficientes Físicos e Jardim Sensorial.

Projeto de Resolução nº 80/16, autor deputado Lidio Lopes (PEN), altera e acrescenta dispositivos ao Anexo da Resolução nº 65, de 17/12/2008 - Regimento Interno da ALMS.

Projeto de Lei Complementar nº 24/16, autor Ministério Público, modifica o anexo da Lei Complementar nº 72, de 18/1/1994, e dá outras providências.

Emenda Modificativa nº 1, Projeto nº 201/16, autora deputada Antonieta Amorim (PMDB), propõe emenda modificativa ao art. 1º, que trata sobre a sinalização de locais inseridos na Zona de Recarga Direta do Aquífero Guarani.

Emendas Aditivas nº 1 a 18, Projeto nº 185/16, autora deputada Antonieta Amorim (PMDB), destinam-se recursos ao Projeto de Lei 185/16.

Emendas Aditivas nº 19 a 45, Projeto nº 185/16, autor deputado João Grandão (PT), destinam-se recursos ao Projeto de Lei 185/16.

Projetos Aprovados em primeira discussão

Projeto de Lei nº 192/16, autor Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar, com encargo, ao Município de Campo Grande, o imóvel que especifica, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 195/16, autor Poder Executivo, prorroga por dois anos o prazo estabelecido na Lei 4.375, de 10/7/2013, e na Lei 4.378, de 10/7/2013.

Projeto de Lei Complementar nº 23/16, autor Poder Executivo, altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar 197, de 26/12/2014, para adequar a legislação estadual aos termos da legislação federal que regula o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

Projeto de Lei nº 191/16, autor Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar, com encargo, ao Município de Campo Grande, o imóvel que especifica, e dá outras providências.

Projetos Aprovados em segunda discussão

Projeto de Lei nº 202/16, autor deputado Marcio Fernandes (PMDB), institui o Dia Estadual dos Doutores 'Palhaço', que será celebrado anualmente no dia 8 de dezembro.

Projeto de Lei nº 5/16, autor deputado Pedro Kemp (PT), trata sobre a instalação de pontos gratuitos e abertos ao público de acesso à internet nos terminais rodoviários de transporte intermunicipal.

Projeto de Lei nº 151/16, autor deputado Felipe Orro (PSDB), altera a redação do caput do art. 1º da Lei Estadual nº 4.823, de 10/3/2016, que obriga as concessionárias de serviços público de energia elétrica a disponibilizarem em seus sites o valor mensal repassado às Prefeituras Municipais a título de Iluminação Pública (CIP OU COSIP).

Projeto de Lei nº 152/16, autoria Mesa Diretora, disciplina o uso dos termos cartório e cartório extrajudicial, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

Projeto de Lei nº 183/16, autor deputado Professor Rinaldo (PSDB), institui o Dia Estadual do Eletricista, a ser comemorado anualmente no dia 17 de outubro.

Projeto de Lei nº 174/16, autor deputado Zé Teixeira (DEM), dá nova redação à alínea "b" do inciso VIII do art. 41 da Lei nº 1.810, de 22/12/1997, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 172/16, autor Poder Executivo, trata sobre o piso salarial profissional do advogado empregado, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

Projeto Aprovado em discussão única

Projeto de Lei nº 190/16, autor deputado Felipe Orro (PSDB), declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Agricultores Familiares e Pequenos Agricultores de Angélica (AGRAN).

Vetos Discutidos e Votados

Veto Total ao Projeto de Lei nº 21/16, autor deputado Marquinhos Trad (PSD), torna dispensável a exigência, pela administração pública estadual, direta, indireta, de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e dá outras providências. Mantido. Arquivado.

Veto Total ao Projeto de Lei nº 58/16, autora deputada Mara Caseiro (PSDB), trata sobre os procedimentos adotados pela Autoridade Policial para registro de ocorrências de crimes de furto e roubo de aparelho de telefonia móvel celular e dá outras providências. Mantido. Arquivado.